

CRISE RECESSIVA E EMPREGO NO RIO GRANDE DO NORTE*

*Maurício Costa Romão***

Resumo: O estudo tem como objetivo primordial investigar as *conseqüências da crise recessiva sobre o emprego urbano no Rio Grande do Norte*. O pano de fundo teórico que alicerça a análise está calcado nos pressupostos analíticos da "Heterogeneidade Estrutural", cujo entendimento dos fatores determinantes do emprego é visto sob o prisma dos mercados segmentados de trabalho em conexão com as especificidades das estruturas produtivas e sociais dos países latino-americanos. Uma das principais conclusões do trabalho é a de que o subemprego local apresenta considerável magnitude e persistência e que, em particular, exacerbou-se no bojo das medidas contractivas da demanda agregada características do último ciclo recessivo da economia brasileira.

1. INTRODUÇÃO

As vicissitudes por que passou a economia brasileira nos primeiros quatro anos da presente década, reflexo da crise do balanço de pagamentos e das políticas de estabilização adotadas a partir de 1980, tiveram o efeito de deprimir violentamente os níveis gerais de renda, de produto e de emprego, tanto a nível nacional quanto regional.

Em face dos desequilíbrios verificados, no que tange à problemática ocupacional, houve um aumento acentuado do desemprego aberto e um *exacerbamento do volume de subemprego*, o que repercutiu negativamente sobre os níveis de bem-estar da população brasileira, especialmente dos segmentos menos favorecidos, obrigados que foram a absorver a maior parte dos custos internos do ajustamento então empreendido.

* Extraído de um amplo estudo sobre a economia do Rio Grande do Norte (Produto, Emprego e Distribuição de Renda no Rio Grande do Norte), coordenado pelo autor, encomendado pela Federação das Indústrias daquele Estado (FIERN) ao Departamento de Economia/PIMES da Universidade Federal de Pernambuco.

** Do Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da UFPE.

O presente trabalho objetiva investigar a real extensão das consequências da crise recessiva sobre o emprego urbano no Estado do Rio Grande do Norte.

A análise está calcada nos pressupostos analíticos da “Heterogeneidade Estrutural”, cujo entendimento dos fatores determinantes do emprego é visto sob o prisma dos mercados segmentados de trabalho em conexão com as especificidades das estruturas produtivas e sociais dos países latino-americanos.*

Embora não caiba no escopo deste estudo fazer uma descrição pormenorizada dessa categoria conceitual**, ainda assim é interessante destacar, mesmo que muito sumariamente, alguns dos seus aspectos mais importantes.

Não obstante suas complexidades, a observação da realidade latino-americana permite distinguir, nitidamente, três compartimentos ou extra-tos tecnológicos no sistema econômico regional: o primitivo, o intermediário e o moderno, cujas estruturas diferenciam-se essencialmente pelos seus níveis de produtividade. Estes últimos são determinados pelo grau de absorção de progresso técnico e pelas relações sociais básicas que se articulam em torno dos processos produtivos predominantes***.

A multiplicidade de processos técnicos de produção existentes na economia em geral ou mesmo dentro de setores ou ramos de atividade, compreende desde as mais simples e primitivas unidades de subsistência até as mais complexas e tecnologicamente avançadas empresas. As primeiras operam normalmente com baixíssimos níveis de produtividade do qual resultam inexpressivas retribuições para seus proprietários e para a força

* Para uma vinculação entre as estruturas econômicas heterogêneas e os mercados diferenciados de trabalho, devem-se consultar os estudos de INFANTE (7, 8, 9) os dois últimos referentes ao Brasil. Veja-se, também, ROMÃO (19).

** Os estudos que identificam e caracterizam a “heterogeneidade estrutural” imperante nas economias latino-americanas, bem como seus contrastes com as estruturas relativamente mais homogêneas dos países centrais são, em boa parte, oriundos da CEPAL, destacando-se como especialmente importantes os trabalhos pioneiros de ANÍBAL PINTO (13, 16). O enquadramento dos países da região com suas especificidades e diferenças em uma categoria conceitual ampla e globalizante como “heterogeneidade estrutural” justifica-se, quando menos, pelas raízes históricas comuns dessas sociedades.

*** Tais formas produtivas e relações sociais são heranças originadas no passado colonial. Veja-se PINTO & DI FILIPPO (14) para uma abordagem histórico-estrutural do fenômeno da heterogeneidade.

de trabalho nelas engajadas. Os estabelecimentos de técnicas avançadas, por seu turno, têm larga escala operativa e elevado estoque de capital por homem ocupado, o que lhes confere altos índices de produtividade física e, conseqüentemente, situações substancialmente mais favoráveis para patrões e empregados em termos de ganhos monetários.

O corolário desse diferencial de produtividade entre os extratos tecnológicos mais e menos avançados é que somente os primeiros geram o progresso técnico, bem como concentram e retêm seus frutos, em contraste com aqueles extratos produtivos que funcionam em escala familiar e com baixa produtividade. Parece natural inferir-se, então, que tais disparidades estruturais nas produtividades dos extratos tecnológicos, combinadas com a heterogeneidade das relações sociais que se articulam em torno desses diferentes extratos, têm decisivas implicações no esquema repartitivo do produto e da renda, que só pode resultar igualmente díspar.

A organização produtiva, quando estratificada nos seus setores e extratos tecnológicos, induz naturalmente ao aparecimento de mercados de trabalho segmentados, de sorte que a heterogeneidade que se verifica na estrutura produtiva da economia acaba por determinar também a existência de heterogeneidade no emprego (PREALC, 17, 18; INFANTE, 7, 8, 9).

Análise detalhada da economia periférica revela a existência dos seguintes setores componentes diferenciados do mercado de trabalho: setor moderno (formal) urbano, setor informal urbano, setor moderno rural e setor tradicional rural. Da articulação entre esses setores é que se determinam as remunerações e o emprego da força de trabalho nesse quadro heterogêneo*.

A expansão das atividades inseridas no setor moderno tem reflexo apenas reduzido na absorção da força de trabalho, o que obriga a grande parte da mesma a encontrar empregos de baixíssima produtividade, via de regra com rendas flutuantes, nos setores tradicionais da economia. Portanto, é nestes setores que se concentram o excedente relativo da força de trabalho e o subemprego. O setor informal urbano ocupa uma posição proeminente na articulação entre os setores rurais e o moderno urbano. Com efeito, devido a processo migratório resultante do empobrecimento da população que subsiste no setor tradicional rural, o setor informal

* Veja-se INFANTE (9: 323-4), para uma descrição detalhada desses setores e da articulação entre eles.

urbano pode garantir, permanentemente, uma oferta relativamente elástica de mão-de-obra para o setor formal urbano, em particular para os extratos tecnológicos inferiores deste último setor, onde se estabelecem níveis de salários ligeiramente superiores àqueles prevalecentes no setor informal.

Em resumo, o marco conceitual do presente estudo, esboçado aqui bem sucintamente, alicerça-se na corrente de pensamento que interpreta o desenvolvimento latino-americano dentro de uma ótica segundo a qual a heterogeneidade da estrutura produtiva é uma característica intrínseca do seu processo de desenvolvimento e é a condicionante básica do espectro distributivo, da pobreza e da heterogeneidade do emprego das economias da região.

2. ANTECEDENTES

A análise evolutiva da absorção de mão-de-obra nas áreas urbanas do Estado do Rio Grande do Norte não pode estar dissociada do caráter e das conseqüências do estilo de desenvolvimento adotado para a região Nordeste em período recente*. Daí a necessidade de que se procure ressaltar alguns traços mais significativos do padrão de crescimento regional nas últimas duas décadas e sua relação com a problemática do emprego.

No início dos anos sessenta, no afã de reverter o quadro de atraso relativo em que se encontrava a região nordestina "vis-à-vis" outras áreas do País, particularmente o Sudeste, o Estado brasileiro começou um extenso programa de desenvolvimento regional sob o comando da SUDENE, alicerçado nas recomendações do GTDN**.

* "Estilo de desenvolvimento, na concepção que está sendo empregada no presente estudo, compreende "a modalidade concreta e dinâmica de uma sociedade em um momento histórico determinado, dentro do contexto estabelecido pelo sistema e estrutura existente que corresponde aos interesses e decisões das forças sociais predominantes". Do ponto de vista econômico tal categoria conceitual refere-se ao modelo pelo qual, num dado período e sob a égide dos grupos dominantes, dentro de um determinado sistema e estrutura, os recursos humanos e materiais são organizados com o objetivo de resolver as interrogações sobre o que, para quem e como produzir. Vide GRACIARENA (2) e PINTO (15:45).

** A sigla GTDN refere-se ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste que elaborou o clássico documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste" de cujas linhas se originaram as concepções e planos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE (22).

O ponto central da estratégia então proposta, concebia a diminuição das disparidades regionais através de uma firme política de industrialização à base de generosos incentivos fiscais, financeiros e creditícios. O fenômeno da subutilização de mão-de-obra, apanágio dos anos atuais, já então se apresentava de maneira crônica nos centros urbanos do Nordeste, os quais abrigavam um significativo contingente humano desempregado e principalmente relegado a condições de subemprego nas suas mais diversas formas. (JATOBÁ, 10:5; GUIMARÃES NETO, 3:479).

A parcela da força de trabalho em situação de subemprego é especialmente relevante por estar localizada, via de regra, em extratos tecnológicos de baixa produtividade, nos quais são notoriamente precárias as condições de trabalho e onde predominam relações empregatícias não-institucionalizadas e, sobretudo, onde sobressaem a sub-remuneração e a instabilidade de renda.

Não obstante a ocorrência das secas, a economia nordestina empreendeu considerável esforço de acumulação no período 1960-80. Com efeito, a taxa de crescimento do nível de atividade regional situou-se em torno de 7,2% a.a., equivalente à do País no mesmo intervalo de tempo. Mais acelerado ainda que a expansão do produto interno, foi o crescimento da taxa de formação bruta de capital fixo — cerca de 12% ao ano — no período que vai de 1965 a 1980 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 1:20). Essa taxa de incremento na formação de capital é indicativa da magnitude do investimento realizado na Região no período em apreço.

Nesse mesmo diapasão, o setor industrial com o qual se pretendia a consolidação da economia local, servindo de centro irradiador e dinâmico aos demais setores, e que ocuparia papel de destaque na estratégia delineada para reduzir o grau de diferenciação inter-regional, alcançou taxas de crescimento extremamente elevadas no intervalo de 1960 a 1980, com patamares situando-se ao redor de 9,5% ao ano.

A agropecuária, por sua vez, entre 1965 e 1980, apresentou um ritmo de crescimento (4,1% ao ano) bastante inferior tanto àquele verificado na indústria, quanto nas atividades terciárias (cerca de 10% ao ano) e na economia regional como um todo.

No geral a *performance* da economia foi deveras satisfatória, contrariando, inclusive, diversas opiniões segundo as quais muito do quadro social adverso que predomina na Região, sobretudo no que concerne

à subutilização da mão-de-obra, deve-se à estagnação do seu aparato produtivo e/ou à insuficiência de crescimento do nível de atividade*.

A questão, portanto, não se circunscreve ao desempenho econômico em si, mas à sua natureza. A julgar apenas pelo crescimento do produto interno dever-se-ia esperar, de um lado, uma contínua melhoria na qualidade de vida do habitante local e, de outro, um crescente aumento do número de postos de trabalho disponíveis no mercado formal, conseqüentemente reduzido a proporção do emprego não-institucionalizado, já que o nível de emprego urbano é uma função direta do crescimento do produto e da renda locais. Dado que nem uma coisa nem outra aconteceu nesse quarto de século, há que se procurar a compreensão desse fenômeno em outras dimensões, em particular naquelas que se referem às articulações da economia regional com o resto do País, notadamente com o Sudeste.

A inserção da economia do Nordeste no seio da economia nacional se fez celeremente à medida que a industrialização do País se intensificou e se internacionalizou. Não obstante seu histórico atraso tecnológico e sua débil estrutura produtiva, a economia regional viu-se subitamente contingenciada a participar da dinâmica nacional, comandada pelo Centro-Sul. Submeteu, assim, seu funcionamento ao padrão de desempenho do aparato produtivo do País, ajustando-se posteriormente aos níveis de consumo emanados das regiões mais avançadas. O balanço líquido dessa integração regional foi extremamente desfavorável ao Nordeste, pois criou relações de dependência inibidoras do desempenho das forças produtivas locais:

“Entre os aspectos associados à maior articulação da economia regional, registre-se de início, que há três ou quatro décadas se vem assistindo no País a um intenso processo de integração de uma região industrializada — o Sudeste — com outra economia regional estruturalmente frágil — o Nordeste. Neste processo, as relações de concorrência prevalecem sobre as de complementaridade e faz-se também claramente presente a exigência de reestruturação da economia da região periférica. Desse tipo de integração resulta a penetração de produtos não-nordestinos em mercados que antes pertenciam à Região, seja naqueles situados dentro das fronteiras regionais ou fora delas. A perda dos mercados

* Consulte-se a esse respeito, JATOBÁ (10:6); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1:20); GUIMARÃES NETO (3:470).

nacionais do açúcar, do algodão e dos têxteis produzidos no Nordeste constituem apenas alguns exemplos. A penetração, no próprio Nordeste, de bens de consumo industrializados, inclusive bens não-duráveis, anteriormente fornecidos em grande parte pelos produtores regionais, também ilustra a maior dependência da economia regional neste particular. Não resta dúvida de que parte significativa do esforço de modernização que se vem desenvolvendo em atividades industriais e agroindustriais está vinculado à integração maior da Região do resto do País. Disto vem resultando uma estrutura econômica regional que, ao modernizar atividades tradicionais e ao depender cada vez mais de fornecedores extra-regionais, torna-se, simultaneamente, pouco propícia à absorção de uma força de trabalho que cresce significativamente no meio urbano, por efeito, inclusive, dos processos de desruralização do trabalhador do campo” (GUIMARÃES NETO, 3:472).

Ainda do ponto de vista da problemática do emprego, merece destaque, também, dentro do processo de expansão a economia local, a questão das transformações por que passou o meio rural nordestino. Pelo menos três fenômenos explicam a migração campo-cidade que se tem acelerado na região, a par da influência de fatores estruturais como o perfil da estrutura fundiária e a fragilidade da economia perante as secas*:

- a) crescente proletarização do homem do campo na Zona da Mata, sobretudo em atividades como a canavieira, onde o trabalho familiar estruturado em pequenas propriedades foi destruído para dar espaço às culturas comerciais, como a cana-de-açúcar;
- b) ocupação espacial das lavouras pela pecuária no Agreste semi-árido e a conseqüente diminuição do volume de emprego na área;
- c) modernização da agroindústria, que se tornou mais técnica e portanto menos trabalho-intensiva.

* Veja-se JATOBÁ (10:7) para as explicações apresentadas sobre o fenômeno da expulsão da mão-de-obra do campo, bem como para as referências bibliográficas que respaldam suas colocações. Consulte-se também GUIMARÃES NETO (3:474).

Essas mudanças ocorridas na economia agrícola concorreram para desequilibrar ainda mais o débil mercado de trabalho rural e para acelerar o processo da expulsão do homem do campo, forçando-o a buscar abrigo em atividades de baixa produtividade nas cidades de médio e grande porte, contribuindo assim para aumentar os já altos índices de subutilização da mão-de-obra*.

Por último, é preciso ter em conta que, além da natureza das interligações da economia local com as outras regiões brasileiras, há que se considerar também o caráter da industrialização mais recente que compreende o universo de empresas incentivadas pela SUDENE, a partir do início dos anos sessenta — a chamada nova indústria — e suas repercussões sobre os níveis de emprego. Não obstante tenha sido responsável pela modernização e expansão do parque industrial do Nordeste, o legado de nova indústria deixou muito a desejar em termos de sua adequação à base de recursos e às necessidades regionais. Alguns pontos podem melhor esclarecer a questão:

- a) a nova indústria mostrou-se pouco integrada em termos intra-regionais, tanto do lado das aquisições, particularmente de bens de capital e de insumos, quanto do lado das vendas**. Esse aspecto aponta para a existência de vazamentos nos efeitos multiplicadores dos investimentos, reduzindo sua reverberação interna;
- b) a nova indústria do Nordeste inserida em um contexto mais geral de industrialização tardia, vinculou-se à reprodução do modelo de substituição de importações sem as práticas protecionistas que caracterizam o mesmo processo interpaíses, tornando-se frágil à

* Outra dimensão particularmente dramática que se associa a migração intra-regional refere-se à migração inter-regional. Com efeito, as taxas de emigração líquida da Região (relação entre o número de naturais não-residentes e o total da população local) têm crescido de maneira assustadora nas datas dos Censos Demográficos: 10,17% em 1950; 14,87% em 1960; 16,20% em 1970 e 19,56% em 1980. Veja-se IBGE (5:126). Esses percentuais dizem bem de como a Região se configura como fornecedora de mão-de-obra para o resto do País e realçam o lado doloroso das adversidades a que está sujeita uma considerável parcela da força de trabalho local, que se vê obrigada a abandonar seu habitat natural e seus familiares em busca do exercício de seu direito fundamental ao trabalho.

** Registre-se que a pouca integração do lado das vendas não é uma característica que possa ser taxada como indesejada, a não ser, talvez, no que concerne à exportação de bens intermediários em cujo caso a integração maior resulta na criação tanto de maior valor agregado industrial, quanto de acréscimos de renda na Região. veja-se MAGALHÃES (11:256).

competição extra-regional e às crises econômicas devido ao seu caráter mais competitivo que complementar *;

- c) a par de não haver contribuído, como originalmente se esperava, para a diminuição das disparidades regionais, a nova indústria também não foi capaz de minimizar o subemprego urbano e de criar suficientes empregos produtivos nos segmentos formais de trabalho **.

Em resumo, o esforço de acumulação empreendido nos 20 anos que separam o início do programa de desenvolvimento do começo do ciclo recessivo dos anos oitenta, levou a economia local a profundas transformações no seu aparato produtivo, notadamente no setor industrial, que acabaram por reverberar em outras dimensões da economia. Do ponto de vista que interessa mais de perto à presente análise, isto é, a problemática do emprego e a subutilização da mão-de-obra, pode-se dizer que os estímulos propiciados pelo programa não foram suficientes para reverter o quadro de desocupação e subocupação que já se vislumbrava antes dos anos sessenta. O crescimento econômico, sustentado em taxas relativamente elevadas, teve apenas o papel secundário de evitar um agravamento maior da situação ocupacional.

Ao se entrar na década de oitenta, assiste-se à persistência dos mesmos problemas não solucionados nas duas décadas passadas: desemprego, subemprego e sub-remuneração da força de trabalho. Adicione-se a isso a grande seca recente que assolou a Região, cujo ponto crítico deu-se entre 1981 e 1983, exatamente no período da maior recessão econômica que já aconteceu neste País, e tem-se uma idéia de aprofundamento da problemática do emprego.

* Para uma análise mais aprofundada desse fenômeno, consulte-se PIMES (12) especialmente Vol. 3, Cap. 1.

** Indústrias normalmente portadoras de altos coeficientes de absorção de mão-de-obra, como a de vestuário, são muito pouco integradas intra-regionalmente, enquanto que certos ramos industriais mais voltados para o aproveitamento de matérias-primas ligadas à base de recursos locais, como a petroquímica, criam poucos empregos diretos. Sob esse aspecto, aliás, registre-se que a existência de mão-de-obra abundante na Região não foi considerada como fator importante, em termos de decidir pela "localização industrial", pelo empresariado que se dispôs a receber os incentivos da SUDENE. Vide MAGALHÃES (11:260).

3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E SUA UTILIZAÇÃO

É interessante, antes de adentrar propriamente na análise do problema ocupacional do Rio Grande do Norte, traçar um rápido perfil evolutivo da força de trabalho local nos anos censitários de 1950, 1970 e 1980, particularmente no que concerne à sua composição setorial. A TABELA 1 evidencia uma profunda mudança estrutural na composição setorial da PEA do Estado nos últimos 30 anos cobertos pelos censos demográficos. De um lado, observa-se a queda vertiginosa da participação da PEA no setor primário, de 71,8% para 40,2% no lapso de tempo que vai de 1950 a 1980. Do outro, o acelerado crescimento da força de trabalho engajada nas atividades secundárias e terciárias.

A ocorrência desse fenômeno, no entanto, não é peculiar apenas ao Rio Grande do Norte mas, na verdade, é constatada no Nordeste e no Brasil como um todo. É precisamente o crescimento acelerado das atividades secundárias e terciárias que tem impulsionado o processo de urbanização, a par, evidentemente, da migração campo-cidade motivada por problemas ligados à estrutura e posse da terra e a fenômenos climáticos cíclicos, como as estiagens e as secas.

Os setores secundário e de serviços foram responsáveis por 29 e 61% respectivamente, do incremento líquido de emprego havido no período, o que corresponde a 90% dos 302 mil empregos criados no Estado. No que tange à indústria, tanto a extrativa quanto a de transformação, os Estados do Nordeste que mais se beneficiaram com a política de industrialização foram, desde os primórdios do programa no início dos anos sessenta, Ceará, Pernambuco e Bahia mas, ainda assim, o Rio Grande do Norte destacou-se com um alto percentual da participação da PEA em atividades industriais em 1980, o que pode ser tributado ao bom desempenho da indústria extrativa mineral, principalmente devido à exploração salineira (6:6-7). Do ponto de vista do setor terciário, vale ressaltar que sua contribuição à demanda por mão-de-obra, embora elevada em termos numéricos, não se materializa propriamente em empregos produtivos institucionalizados ou formais. Pelo contrário, é nesse setor que predominam as atividades informais de baixa produtividade e baixa renda, que funcionam como um "seguro-desemprego" para a mão-de-obra não absorvida nos setores modernos da economia.

TABELA 1
RIO GRANDE DO NORTE
População Economicamente Ativa (PEA), por Grandes Setores Econômicos¹
1950-1980

Setores	1950		1970		1980		Taxas Anuais Médias de Crescimento (%)			Incremento Líquido (1950/80)	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	50/70	70/80	50/80	Absoluto	%
Primário	210,3	71,8	241,0	58,7	239,2	40,2	0,7	0,07	0,4	28,9	9,6
Secundário	23,2	7,9	45,3	11,0	111,4	18,7	3,4	9,4	5,4	88,2	29,2
Terciário	59,6	20,3	123,9	30,3	244,6	41,1	3,7	7,0	4,8	185,0	61,2
Total	239,1	100,0	410,2	100,0	595,2	100,0	1,7	3,8	2,4	302,1	100,0

FONTE: Censos Demográficos de 1950, 1970 e 1980.

¹Em milhares de pessoas.

As transformações verificadas na composição setorial do emprego no Rio Grande do Norte que redundaram, ao final, em maiores participações das atividades predominantemente urbanas no emprego total, não devem, no entanto, ser interpretadas como indicativas da desimportância do setor agropecuário no contexto da geração de emprego local. Embora esse setor tenha tido uma contribuição relativamente pequena — cerca de 9,6% — no incremento líquido de emprego havido no período em apreço, vale destacar que, ainda assim, ele é responsável por 40% da mão-de-obra empregada no Estado, de acordo com os dados de 1980, o que não deixa de ser um percentual significativo. Dadas as características próprias desse setor, onde pontificam baixos níveis de produtividade, de renda e de consumo, tem-se aí um foco de pobreza que, por certo, deprime os níveis gerais da qualidade de vida do Estado.

De acordo com os dados da TABELA 2 nota-se que a PEA rio-grandense-do-norte passou de um contingente total de 410 mil pessoas, em 1970, para 720 mil em 1984*. Tal crescimento, deve ser cotejado com a evolução das oportunidades de trabalho que se criam na economia, de sorte a se avaliar em que medida e como se está utilizando a mão-de-obra que a cada ano adentra o mercado e que se vai somar à força de trabalho pré-existente. Enquanto a geração de empregos depende do ritmo e da natureza da atividade econômica, os movimentos da PEA, no longo prazo, são condicionados ao comportamento de variáveis demográficas, como fecundidade, mortalidade e migração. A evolução dessas variáveis é que vai determinar o tamanho e a composição por sexo e idade da população em idade de trabalhar, isto é, das pessoas, aptas a participarem do processo produtivo (21:62). Por conseguinte, a PEA, que se constitui uma fração da população em idade ativa, vai evoluir e transformar-se em função de tais características demográficas. Como não cabe neste trabalho referir-se com mais detalhes a esses aspectos de tendência histórica, a análise estará circunscrita apenas aos movimentos de curto prazo da PEA e sob esse prisma é importante avaliar o comportamento da taxa refinada de atividade ou taxa de participação, o que será feito a seguir.

* É conveniente alertar que há pequenas diferenças metodológicas entre os levantamentos dos censos e os da PNAD. Até mesmo os procedimentos adotados nos censos demográficos de 1970 e 1980 estão sujeitos a algumas restrições em termos de comparabilidade já que os conceitos utilizados nas duas enquetes e a forma como os quesitos foram formulados e ordenados nos questionários envolvem certas diferenças. Vide, por exemplo, SUDENE (21:61-2).

A PEA total menos a PEA agrícola é igual à PEA não-agrícola*, cujo conceito neste estudo será usado sinonimamente como uma aproximação da PEA urbana. Santa à vista na TABELA 2 a evolução tremendamente rápida da PEA não-agrícola entre os anos de 1980 a 1983. Neste curto período a força de trabalho aumentou seu contingente em 223,8 mil trabalhadores, o que corresponde a uma média anual de crescimento da ordem de 14,4%. Esses números, entretanto, é muito provável que estejam superestimando a PEA não-agrícola, à medida que os dados da PNAD parecem ter classificado no setor da construção civil — que é uma atividade não-agrícola — os trabalhadores que se encontravam engajados nas frentes de trabalho da região semi-árida em decorrência dos problemas causados pelas secas, cujo período mais crítico aconteceu exatamente entre 1981 e 1983 (JATOBÁ, 10:17). Adiciona-se a esse problema o natural fluxo migratório campo-cidade, que deve ter-se intensificado justamente devido às secas e, em menor escala, à recessão do mesmo período. De qualquer modo, é a PEA não-agrícola que interessa mais de perto ao presente estudo, posto que seu contingente é que vai pressionar os mercados de trabalho urbanos em busca de colocação.

De especial importância para se avaliar a magnitude da subutilização da mão-de-obra é acompanhar a evolução das taxas de desemprego aberto, embora nas economias subdesenvolvidas, com os problemas estruturais que lhes são inerentes por herança colonial, essas taxas não traduzam com fidedignidade a real problemática ocupacional. Embora seja um indicador relevante, pois ressalta o grau de rejeição dos mercados de trabalho, o desemprego aberto é um fenômeno tipicamente conjuntural, estando sua manifestação sujeita às flutuações do nível de atividade e, portanto, das políticas econômicas postas em prática em determinados períodos. A questão fundamental ocorre quando a persistência do desemprego aberto, em concomitância com o processo de segmentação dos mercados de trabalho, assume caráter estrutural e se materializa na subocupação e subremuneração de um vasto contingente de mão-de-obra, ponto esse que será objeto de análise mais detalhada na seção seguinte.

A tendência histórica do desemprego aberto das economias periféricas é apresentar taxas relativamente baixas, via de regra menores que nas economias desenvolvidas. O Brasil segue também esse padrão, assim como

* Está-se supondo que apesar do desemprego sazonal, o mercado de trabalho agrícola funcione em equilíbrio, de sorte que, na média do ano, a PEA agrícola é igual ao emprego agrícola.

TABELA 2
RIO GRANDE DO NORTE
Utilização da Força de Trabalho
1970-1984

Conceito	1970	1980	1983	1984
A. PEA Total ¹	410,1	595,2	674,9	720,5
B. PEA não-agrícola	169,2	356,1	579,9	463,4
C. Ocupação não-agrícola	169,0	343,4	541,1	432,6
D. PIT não-agrícola	492,6	860,7	976,2	1.018,5
E. Taxa de participação da PEA ocupada (C/D x 100)	34,3	39,9	55,4	42,5
F. Taxa de participação da PEA (B/D x 100)	34,3	41,4	59,4	45,5
G. Desemprego aberto ¹ (B — C)	0,2	12,7	38,8	30,8
H. Taxa de desemprego aberto (G/B x 100)	0,1	3,6	6,7	6,6

FONTE: Censos demográficos de 1970 e 1980 e PNAD's de 1983 e 1984.

¹Em milhares de pessoas.

a Região Nordeste (SUDENE, 21:76-93). A TABELA 2 mostra que, no Rio Grande do Norte, a força de trabalho urbana desocupada ou em busca efetiva de emprego aumentou tremendamente do início dos anos oitenta até 1983, quando passou de 12,7 mil pessoas para 38,8 mil ou, equivalentemente, de uma taxa de desemprego aberto de 3,6% para 6,7%. Tal resultado se explica a partir de dois episódios, ambos nefastos, já referidos: a crise recessiva e a seca. Os dois fenômenos se exacerbaram, por uma dramática coincidência, precisamente no triênio 1981-83. A recessão deprime os níveis de emprego através da queda do produto interno, que por sua vez é levado a cair em decorrência de controles sobre os componentes da demanda agregada. A seca intensifica o fluxo migratório das áreas rurais para as cidades de médio e grande portes, contribuindo para o crescimento acelerado da PEA urbana. A justaposição dos dois fenômenos — recessão e seca — em um mesmo período agravou sobremaneira a problemática ocupacional no Estado, prostrando um grande contingente humano em desemprego aberto ou contingenciando-o a sobreviver, pelo exercício de sua força de trabalho, em atividades não-estruturadas ou não-institucionalizadas, onde são criticamente baixos os rendimentos que se podem auferir. Como se verá mais adiante, a ação de fatores de compensação no processo de ajustamento dos mercados de trabalho urbanos foi extremamente importante para minorar a gravidade do problema ocupacional no Estado, no período 1981-83*. Com a retomada, embora lenta, do ritmo de crescimento econômico em 1984, notadamente a partir do segundo semestre, e com o aparecimento das chuvas, os níveis de absorção de mão-de-obra iniciam uma trajetória ascendente que perdura até os dias atuais.

De particular interesse para se traçar o padrão de comportamento evolutivo da oferta de trabalho é observar os movimentos de entrada e saída da PEA relativamente à população em idade de trabalho (PIT), ou seja, é medir as variações nas taxas de participação ou como também são chamadas, nas taxas refinadas de atividade. Pelos dados da TABELA 2 a PEA não-agrícola cresceu, na década de setenta, a uma taxa média anual de 7,7%, enquanto o PIT não-agrícola, no mesmo período, evoluiu em cerca de 5,7% ao ano. Esse diferencial implica, evidentemente, pressão da oferta de trabalho sobre os mercados urbanos, equivalente a 2% ao

* Esse ajuste dos mercados urbanos no início dos anos oitenta foi de alguma forma facilitado pelo relativo equilíbrio entre as taxas de crescimento da força de trabalho urbana (7,7% a.a.) e a da ocupação (7,3% a.a.) no decênio 1970-80.

ano nesse período, passando de 34,3 para 41,4%.^{*} Note-se, entretanto, que nesse mesmo intervalo de tempo a ocupação urbana cresceu em torno de 7,3% ao ano, o que redundou em uma quase total absorção da oferta de trabalho no mercado. Tanto assim que, em 1980, estavam desempregadas 12,7 mil pessoas, representando uma taxa de desemprego aberto de 3,6%, que pode ser considerada relativamente baixa.

No interregno que vai de 1980 a 1983, há um crescimento grande da taxa de participação, a qual passa de 41,4 para 59,4%, o que denota certa atipicidade em se tratando de uma medida cujas oscilações não se fazem tão bruscamente. Ressalve-se, mais uma vez, que a taxa de crescimento da PEA não-agrícola parece estar superestimada pelos dados da PNAD de 1983 posto que, tudo indica, as pessoas ocupadas nas frentes de trabalho, recrutadas emergencialmente para atenuar os problemas causado pelo prolongamento da última grande seca no Nordeste, foram classificadas na atividade não-agrícola da construção civil não obstante tal contingente exerça, normalmente, atividades predominantemente rurais. De qualquer modo, essa elevação brusca da taxa de participação tem raízes no agravamento da situação no campo em decorrência da seca e a consequente elevação do fluxo migratório para as cidades do Estado. Pode-se notar pela Tabela 2 que no quadriênio 1980-83 as ocupações urbanas cresceram insuficientemente em relação à PEA urbana, de que resultou uma piora acentuada na taxa de desemprego aberto, que passou de 3,6, em 1980, para 6,7 em 1983, deixando sem trabalho quase 40 mil pessoas. Já em 1984, a taxa refinada volta a se estabilizar nos níveis de 1980, porém, ainda assim, a taxa de desemprego aberto permanece elevada.

4. OS MERCADOS DE TRABALHO URBANOS

Como já se salientou, o marco teórico sobre o qual se alicerça esta parte do trabalho está inserido nos pressupostos contidos no conceito de heterogeneidade estrutural, cujo entendimento de distribuição do produto social e do funcionamento dos mercados segmentados de trabalho é visto em conexão com as peculiaridades das estruturas produtivas e sociais dos países latino-americanos. Nesse sentido, interessa aos propósitos da presente seção investigar o comportamento da demanda de trabalho

* Evidentemente que uma década é um lapso de tempo suficientemente longo para que ocorram transformações nas variáveis demográficas antes aludidas. Dessa forma, as afirmações feitas com respeito às taxas refinadas de atividade devem ser compreendidas em um contexto limitado, já que não se estão analisando as mudanças demográficas havidas no período em apreço.

no Rio Grande do Norte — economia notoriamente heterogênea — segundo os mercados diferenciados de trabalho.

A observação da realidade ocupacional urbana do Rio Grande do Norte, como de resto, daquele referente ao País como um todo, permite distinguir dois segmentos heterogêneos de produção nos quais se inserem a mão-de-obra local: o organizado — moderno ou formal — e o não-organizado — semi-estruturado ou informal*. O mercado organizado, segundo a estratificação que será utilizada aqui, compreende o emprego da mão-de-obra nas empresas públicas e privadas e na administração pública. A ocupação nas empresas públicas e privadas refere-se ao contingente formado pelos empregadores e pelos empregados com carteira de trabalho assinada. Essa divisão do setor moderno da economia urbana justifica-se, de um lado, por ser o extrato formado pelas empresas públicas e privadas altamente sensível às mudanças na política econômica e também aos investimentos usados para implementá-la e, por outro lado, por ser a administração pública relativamente autônoma no que concerne às políticas econômicas utilizadas em matéria de emprego (INFANTE, 7:9). O segmento não-organizado, por sua vez, abarca a ocupação dos empregados que não têm carteira de trabalho assinada, as pessoas que trabalham por conta própria e, finalmente, aquelas que não percebem remuneração. A Tabela 3 reúne as informações referentes à segmentação utilizada para os anos de 1980, 1983 e 1984**.

* Vide INFANTE (7) para os detalhes da segmentação de mercados de trabalho que é utilizada neste estudo. Em outra importante contribuição (INFANTE, 8), o autor propõe como critério ordenador das duas formas de produção (organizada e não-organizada) a dotação e acesso ao capital pelos ocupados. Segundo essa interpretação, é o nível e a composição do capital que definem tanto a “facilidade de entrada” e o “caráter das formas de organização”, quanto as agudas diferenças de produtividade entre os extratos e de renda daí resultantes (INFANTE, 8:4).

** Os dados sobre ocupação, constantes da segmentação utilizada na TABELA 3, puderam ser extraídos diretamente das PNAD's para os anos de 1983 e 1984. Entretanto, no que concerne ao Censo Demográfico de 1980, que, não possui informações sobre empregados “com” e “sem” carteira de trabalho assinada, foi necessário proceder a algumas manipulações, de certa forma arbitrarias. O critério de que se lançou mão foi considerar o total de empregados que não é contribuinte da previdência social como uma “proxy” do número de empregados sem carteira de trabalho assinada e, por dedução, determinar o volume de emprego com carteira de trabalho assinada. Tal procedimento contudo, deve ser tomado como apenas aproximativo da realidade e as inferências resultantes da análise têm que ser necessariamente interpretadas com a devida cautela.

É interessante centrar a análise, inicialmente, no período 1980-83 para detectar os ajustamentos dos mercados urbanos às variações experimentadas pelo nível de atividade interna. No que diz respeito ao desempenho da economia estadual, o PIB real local cresceu a taxas excepcionalmente altas no intervalo de tempo em questão (8,7% a.a.), em nítido contraste com as taxas verificadas para o Nordeste (4,6% a.a.) e para o Brasil (— 1,1% a.a.). Nesse mesmo período, a ocupação total aumentou a um ritmo mais extraordinário ainda, em torno de 16,2% ao ano. Acontece que esse acréscimo de emprego no quadriênio deveu-se predominantemente à absorção de mão-de-obra nos segmentos produtivos semi-estruturados. Tanto é que a ocupação nesse extrato passou de 145,4 mil, em 1980, para 365,6 mil pessoas, em 1983, um crescimento de 151,4% ou, em termos médios anuais, de 36,8%. Nesses quatro anos portanto, o setor não-organizado foi responsável pela criação de aproximadamente 220 mil postos de trabalho, sendo que 22 mil empregos foram absorvidos do próprio segmento organizado e o restante recrutado do crescimento da PEA urbana. Em outras palavras, o segmento não-estruturado incorporou às suas fileiras praticamente todo o contingente ativo urbano oriundo tanto do crescimento natural da PEA, quanto da liberação (dispensa) do setor moderno. Daí se pode concluir que, nesse período, o segmento não-organizado evoluiu como principal mercado compensatório do desemprego aberto, convertendo-se em um verdadeiro seguro contra o desemprego.

Algumas qualificações se fazem necessárias a essa altura dos comentários. Inicialmente, causa espécie o fato de que o PIB real do Estado do Rio Grande do Norte haja crescido a taxas tão elevadas no quadriênio em apreço e, no entanto, o emprego organizado da economia urbana tenha caído. Tal acontecimento soa como uma incongruência teórica, já que, como se sabe, a demanda de trabalho no setor moderno é impulsionada pela demanda efetiva via aumento do nível de atividade. A situação parece mais paradoxal ainda quando se constata que o setor industrial cresceu nesse período a taxas médias anuais em torno de 10,2%, do que se esperaria, a princípio, alguma reação positiva do setor sobre a absorção da mão-de-obra urbana.

Na ausência de dados mais desagregados para cada ano do período 1980-83, é possível apenas realizar algumas especulações sobre o ocorrido. Note-se, de início, que o produto industrial, segundo os dados aqui utilizados e oriundos da Divisão de Contas Regionais da SUDENE, incluiu, além das indústrias extrativa mineral e de transformação, energia elétrica

TABELA 3
RIO GRANDE DO NORTE
Utilização da PEA Não-agrícola, Segundo Mercados de Trabalho¹
1980-1984

Conceito	Anos			Variação Percentual		
	1980	1983	1984	83/80	84/83	84/80
A. PEA total	595,2	674,9	720,5	13,4	6,8	21,0
B. Ocupação Agrícola	239,2	95,0	257,2	-60,3	171,0	7,5
C. PEA Não-agrícola (A-B)	356,0	579,9	463,3	62,9	-20,1	30,1
D. Ocupação Não-agrícola	343,3	541,1	432,6	57,6	-20,0	26,0
Emprego Organizado	197,9	175,5	188,7	-11,3	7,5	-4,6
Emprego Empresas Públicas e Privadas	169,3	146,9	155,1	-13,5	3,6	-8,4
Empregadores	4,2	5,9	8,0	40,5	40,5	90,5
Empregado com CTA	165,1	141,9	147,1	-14,0	4,3	10,9
Emprego em Administração Pública	28,6	28,6	33,6	—	17,5	17,5
Emprego Semi-estruturado e Não-organizado	145,4	365,6	243,9	151,4	-33,3	67,7
Empregados sem CTA	62,3	277,7	135,5	345,7	-51,2	117,5
Conta Própria	80,9	78,6	98,5	-2,8	25,3	21,7
Não-remunerados	2,2	9,3	9,9	322,7	6,5	350,0
E. Desemprego Aberto Não-agrícola (C-D)	17,7	38,9	30,7	206,3	-20,9	141,7

FONTE: Censo Demográfico de 1980 e PNAD's de 1983 e 1984.

¹Em milhares de pessoas.

e abastecimento, a indústria da construção civil. Esta última, vinha tendo no período 1970-80 desempenho bastante insatisfatório em relação a outros setores da indústria e da economia, tendo apresentado incremento médio anual de apenas 4,9%, enquanto a economia estadual cresceu, nesse mesmo intervalo, a 10,7% ao ano. Vendo a participação desse setor em relação ao PIB potiguar no percurso da década passada, verifica-se que tal participação caiu de 9,9 para 6,5% entre 1970 e 1980. Depreende-se assim que o setor de construção não só vinha perdendo dinamismo ao longo do decênio, como também diminuía sua importância no contexto da estrutura setorial do Estado.

Durante os períodos recessivos, como se sabe, o setor de construção civil é sempre um dos mais penalizados em termos de queda de atividade e de emprego. É possível que a participação relativa desse segmento no PIB tenha caído bastante no quadriênio 1980-83, acelerando a trajetória descendente que demonstrara na década passada. Portanto, é provável que boa parte da mão-de-obra dispensada pelo setor organizado nesse período tenha advindo da construção civil.

Ressalte-se, por outro lado, que o crescimento vigoroso da economia local deveu-se em grande parte à "performance" do setor serviços, o qual atingia taxas de 8,9% em termos anuais, enquanto no mesmo período, o produto agrícola decresceu, em média, 4,8% ao ano. Como se sabe, o desempenho do setor serviços reflete em grande medida o peso das atividades não-institucionalizadas ou informais, predominantemente sediadas nas áreas urbanas, com grande peso em termos de emprego.

O decréscimo do produto agrícola, por seu turno, devido sobretudo à seca iniciada em 1979, redundou certamente em maior fluxo migratório campo-cidade, o que veio a engrossar as fileiras do enorme contingente já dedicado às atividades não-organizadas. De sorte que, não obstante o desempenho favorável da economia como um todo, liderado pela indústria e pelas atividades terciárias, o emprego no setor moderno decresceu devido provavelmente às rigidezes naturais da indústria de transformação (responsável maior pelo crescimento industrial global no período), em termos de absorção da mão-de-obra, e ao desempenho da construção civil.

Não se deve descartar, também, a possibilidade de que as estimativas ocupacionais de 1983 estejam superdimensionadas em virtude do problema, já referido, de o inquérito da PNAD haver incluído entre atividades

urbanas o contingente de pessoas da área rural engajadas nas frentes emergenciais de trabalho. Adicionalmente, é provável também que a própria sistemática adotada no presente estudo com respeito ao censo demográfico de 1980 tenha obscurecido a realidade dos dados.

Feitas essas ressalvas, tem-se finalmente a constatação de que no período 1980-83 o segmento não-organizado da economia compensou o desemprego do setor moderno e ainda absorveu parte do crescimento da PEA urbana. Então, o crescimento ocupacional do período foi qualitativamente de pouquíssima expressão. A inserção da mão-de-obra, nesse ritmo, em atividades precárias conduz naturalmente a perdas de produtividade e de renda real dos ocupados, o que termina por influir negativamente na produtividade global da economia a médio prazo.

Os indicadores macroeconômicos da economia brasileira apontaram para uma ligeira recuperação do nível da atividade em 1984 e, em termos da economia estadual, parece ter havido também repercussão positiva no que diz respeito ao emprego formal. Tanto assim que, não obstante a ocupação total haja diminuído de 1983 para 1984, o emprego no mercado organizado aumentou 7,5% devido sobretudo ao aumento do emprego na administração pública, cuja absorção líquida não variava desde 1980. Registre-se, também, como fato auspicioso, o decréscimo do emprego semi-estruturado que variou, em termos negativos, 33% em apenas um ano, como fruto da diminuição do número de empregados sem carteira de trabalho assinada. O resultado líquido desse subperíodo aponta para uma diminuição do desemprego aberto, que registrou uma queda de aproximadamente 21%. Todos esses aspectos positivos no que diz respeito à ocupação urbana devem ser tributados à desaceleração do crescimento da PEA não-agrícola, cuja variação negativa foi de 20%, igual à mesma percentagem verificada na ocupação. Nesse subperíodo, portanto, houve melhora qualitativa substancial no nível de emprego da economia potiguar.

Tomando-se todo o período que vai de 1980 a 1984, entretanto, nota-se uma expressiva deterioração do potencial produtivo da mão-de-obra norte-rio-grandense: decréscimo do emprego organizado (— 4,6%), aumento da ocupação semi-estruturada (67,7%) e aumento do desemprego aberto (141,7%).

5. CONCLUSÕES

O ângulo mais visível da subutilização da mão-de-obra é a manifestação do emprego aberto e por isso mesmo é o fenômeno que se constitui o epicentro das preocupações mais imediatas da política econômica. No Rio Grande do Norte, como de resto no Brasil e em outras economias heterogêneas da América Latina, com os problemas estruturais que lhe são inerentes por herança colonial, essas taxas não traduzem com fidedignidade a real problemática ocupacional.

Embora seja um indicador relevante, pois ressalta o grau de rejeição dos mercados de trabalho, o desemprego aberto é um fenômeno tipicamente conjuntural, estando sua manifestação sujeita às flutuações do nível de atividade e, portanto, das políticas econômicas postas em prática em determinados períodos. O problema fundamental ocorre quando a persistência do desemprego aberto evolui para situações em que a mão-de-obra ativa ou busca refúgio nos extratos improdutivos como estratégia de sobrevivência, ou, simplesmente, desiste mesmo de continuar procurando trabalho. No primeiro caso tem-se um desperdício parcial do potencial produtivo humano, que de outra sorte estaria contribuindo para elevar o nível de produto do Estado de "per si" já muito baixo em termos "per capita", caso inserido em atividades de maior produtividade. No segundo caso, a mão-de-obra, no seu desalento, passa à condição de inatividade e conseqüentemente a se constituir um ônus para seus familiares e ativos em geral, além, é claro, de não mais contribuir para a produção. Mas é o primeiro caso, que se pode chamar genericamente de subemprego, que se manifesta mais acentuadamente no Rio Grande do Norte.

A noção de subemprego, no contexto de mercados segmentados, está associada à forma como a mão-de-obra se ocupa em atividades de baixa produtividade, semi-estruturadas e não-organizadas, com pouca ou nenhuma articulação com os segmentos produtivos modernos, com ínfima dotação de capital, pouco acesso aos recursos financeiros, baixo nível de acumulação e uso de tecnologias incipientes. O conjunto de atividades com tais características está concentrado predominantemente nas áreas urbanas, mas é encontrável também nas zonas rurais, em particular, nos chamados segmentos tradicionais agrícolas. Fica assim manifesta a vinculação que existe entre o fenômeno do subemprego e a heterogeneidade estrutural do aparato produtivo, que é o marco conceitual que alicerça a presente análise.

É importante reiterar que o desemprego aberto não é a principal forma de subutilização da mão-de-obra local. O desemprego aberto guarda íntima conexão com as mudanças conjunturais da política econômica, com os movimentos cíclicos de curto prazo e sofre grandes oscilações periódicas. Há, até mesmo, evidências de que o número de pessoas em desemprego aberto está vinculado à prevalência de critérios de rentabilidade de eficiência e de processos formais da admissão da mão-de-obra em atividades produtivas urbanas (GUIMARÃES NETO, 4:21). O grande problema da subutilização da mão-de-obra está, portanto, na sua subocupação, que decorre das feições estruturais do aparato produtivo onde ela está inserida. O fenômeno do subemprego assume, dessa forma, caráter de gravidade sócio-econômica quando uma parcela relativamente grande da força de trabalho, como sói acontecer no Rio Grande do Norte, exerce atividades normais e contínuas em unidades de produção, não-formalmente constituídas onde imperam relações de trabalho que, inclusive, se processam à margem do sistema legal — trabalhista vigente.

O que se observou no Estado é que o subemprego apresenta considerável magnitude e persistência e que, em particular, exacerbou-se no bojo das medidas contractivas da demanda agregada características do último ciclo recessivo da economia brasileira.

O excedente estrutural dessa força de trabalho encontra sua expressão maior nas áreas urbanas e decorre do distanciamento entre a dinâmica do crescimento populacional, em especial do segmento ativo, e a capacidade de geração de novos postos de trabalho nos segmentos modernos da economia urbana.

Este é o lado da heterogeneidade estrutural do aparato produtivo e do seu componente populacional. Não se pode esquecer, todavia, da prevalência de um modelo de crescimento no Estado que se tem mostrado incapaz de ocupar integralmente a população trabalhadora.

É necessário, pois, como princípio geral, que se formule um novo elenco de medidas de políticas para o estrato não-organizado, levando em conta os pressupostos de complementaridade no âmbito dos objetivos gerais e específicos do emprego, tanto no que concerne às atividades modernas e dinâmicas, quanto àquelas envolvidas no espaço informal. É a partir dessa linha de ação que se podem gerar oportunidades de emprego que garantam um mínimo de produtividade econômica sem a qual é ilusório pretender atingir rendimentos que excedam a linha de pobreza. Sem impe-

dimentos à natural expansão dos níveis de emprego produtivo no âmbito do setor moderno, deve-se garantir o necessário apoio às atividades informais de baixa produtividade para que, afinal, se tenha alguma regressividade da tendência à heterogeneidade que, a cada dia, mais se acentua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Uma Resenha da questão nordestina*. FJP, 1984.
02. GRACIARENA, J. Poder y estilos de desarrollo: una perspectiva heterodoxa. *Revista de La CEPAL*, (1): 173-93, jan./jun. 1976.
03. GUIMARÃES NETO, Leonardo. "O Emprego no Nordeste: sugestões de políticas". *Revista Econômica do Nordeste*, 13 (3): 459-545, 1982.
04. _____. Urbanização e emprego urbano no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 9 (2), abr./jun., 1978.
05. IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. IBGE, 1986.
06. IDEC. *Diagnóstico estrutural do Estado: aspectos sociais*. Rio Grande do Norte, Cia. Editora, 1978.
07. INFANTE, R. *Brasil: ajustes dos mercados de trabalho urbano e desemprego aberto: situação e perspectiva*. Ministério do Trabalho, 1984. (mimeografado).
08. _____. *Brasil: características estruturais dos mercados de trabalho urbano*. Brasília, 1985.
09. _____. Heterogeneidad estructural, empleo y distribución de ingreso. *El Trimestre Económico*, (190): 319-40, 1981.
10. JATOBÁ, S. J. *Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste, 1981-83*. IMES-UFPE, 1986. (Série Textos para Discussão, 167).
11. MAGALHÃES, A. R. *Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste*. IPEA, 1983 (Série Estudos para Planejamento, 24).
12. PIMES. *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Massangana, 1984.
13. PINTO, A. Concentración del Progreso técnico y sus frutos en el desarrollo de América Latina. *El Trimestre Económico* (125), 1965.
14. _____. Desarrollo y pobreza en la América Latina: un enfoque histórico-estructural. *El Trimestre Económico*, (1983): 569-90, 1979.

15. PINTO A. Estilos de desenvolvimento e realidade Latino-americana. **Revista de Economia Política**, 2/1 (5): 29-88, 182.
16. _____. **Notas sobre la naturaleza e implicaciones de la "Heterogeneidad Estructural" de América Latina**. Editorial Universitária, p. 173-94, 1970 (Texto del ILPES).
17. PREALC. **Dinámica del suempleo en América Latina**. Oficina Internacional del Trabajo, 1981. (Estudios e Informes de la CEPAL, 10).
18. _____. **Setor informal: funcionamento y políticas**. Oficina Internacional del Trabajo, 1981.
19. ROMÃO, M. C. Ajustamento interno em uma economia heterogênea e seus efeitos sobre a distribuição de renda: o caos brasileiro. **Estudos Econômicos**, 16 (2): 257-74, 1986.
20. _____. et alii. **Produto, emprego e distribuição de renda no Rio Grande do Norte**. PIMES, UFPE,, 1987.
21. SUDENE. **Aspectos do quadro social do Nordeste**. SUDENE, 1985.
22. _____. GTDN. **Uma Política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2. ed. SUDENE, 1967.

Abstract: The prime objective of this study is to look into the consequences of the recessive crisis about urban employment in the State of Rio Grande do Norte. The theoretical background on which the analysis is founded, is moulded on the analytical presuppositions of the "Structural Heterogeneity" whose perception of the determinant factors of employment is seen under the prism of segmented markets of work in connection with the specifications of social and productive structures of the Latin American Countries. One of the main conclusions of the work is that the local underemployment shows considerable magnitude and persistence and that, particularly it has exacerbated in the bulge of contractive measures of the aggregated demand, characteristics of the last recessive cycle of the Brazilian Economy.

